



# Comportamento informacional de mães surdas

Informational behavior of deaf mothers

## Mariana Augusta Martins Santos

Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduanda em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: [mariana.augusta@uel.br](mailto:mariana.augusta@uel.br)

## Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT/UFRJ).

E-mail: [luciane.cavalcante@facc.ufrj.br](mailto:luciane.cavalcante@facc.ufrj.br)

## RESUMO

A inclusão social de pessoas pertencentes a grupos vulneráveis, como a comunidade surda, e ainda mais vulneráveis, as mães surdas, ainda é baixa no Brasil. Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em analisar o Comportamento Informacional de mães surdas. Essa temática constitui importância para a área da CI e para a Biblioteconomia, pois ainda há um número escasso de estudos sobre ela. A pesquisa foi qualitativa (devido à subjetividade do Comportamento Informacional), exploratória (devido ao pouco número de estudos sobre surdez na CI) e descritiva. Ela foi realizada com uma entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas que foram respondidas por mães surdas e contou com quatro participantes, seguindo critérios pré-estabelecidos. A coleta de dados foi realizada virtualmente com a entrevista feita em Libras pela autora da pesquisa. Para garantir os cuidados éticos, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o projeto tramitou pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. Torna-se essencial analisar o Comportamento Informacional e a Mediação da Informação nesse contexto de vulnerabilidade, de forma a compreender as necessidades informacionais de mães surdas. A partir disso, pôde-se perceber que mães surdas possuem particularidades e necessidades de informação distintas (linguística, social e de saúde), que as tornam pertencentes a um grupo social vulnerável.

**Palavras-chave:** Comportamento Informacional. Mediação da Informação. Necessidade Informacional. Mães surdas. Vulnerabilidade em Informação.

## ABSTRACT

The social inclusion of people belonging to vulnerable groups, such as the deaf community, and even more vulnerable, deaf mothers, is still low in Brazil. In this sense, the aim of this study is to analyze the informational behavior of deaf mothers. This theme is important for the IS area and for Librarianship, as there is still a scarce number of studies on it. The research was qualitative (due to the subjectivity of Informational Behavior), exploratory (due to the small number of studies on deafness in IC) and descriptive. It was carried out with a semi-structured interview, with open and closed questions that were answered by deaf mothers and had four participants, following pre-established criteria. Data collection was carried out virtually with the interview done in Libras by the author of the research. To ensure ethical care, the Informed Consent Form was used, and the project was processed by the Ethics Committee for Research Involving Human Beings of the State University of Londrina. It is essential to analyze Informational Behavior and Information Mediation in this context of vulnerability, to understand the informational needs of deaf mothers. From this, it could be seen that deaf mothers have particularities and distinct information needs (linguistic, social and health), which make them belong to a vulnerable social group.

**Keywords:** Informational Behavior. Information Mediation. Informational Need. Deaf mothers. Information Vulnerability.



## 1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século passado aumentou a preocupação com os grupos vulneráveis (ou especiais), formados por pessoas com necessidades especiais, que as impedem de participar das atividades sociais. Nesse sentido, intensificou-se o incentivo para que essas pessoas sejam incluídas na sociedade, por meio, por exemplo, do direito que estudantes deficientes têm de matricularem-se, frequentarem e concluírem tanto as etapas da Educação Básica, quanto as do Ensino Superior.

As ações que permitem surdos terem acesso a serviços da sociedade como qualquer outro cidadão devem pensar em equalizar e minimizar sua condição, que os impede de usufruir serviços públicos básicos, principalmente o atendimento em saúde, de forma a suprir suas necessidades informacionais. (SOUZA, 2017)

Muitos surdos ainda se autoexcluem e se isolam, pois a comunidade ouvinte não acolhe suas necessidades linguísticas. Diante disso, a sociedade precisa minimizar os danos causados a essas pessoas, que não conseguem melhores resultados frente aos atuais desafios. Uma das formas de redução de danos é a promoção de melhor atendimento e acesso à saúde dos pacientes surdos no Brasil. Os surdos se diferem da maioria da sociedade e merecem respeito às suas singularidades. E por isso o SUS precisa “se adequar às necessidades dessa clientela, a fim de que possa prestar a ela serviços de atendimento digno em todos os seus níveis de atuação.”, sobretudo às grávidas e mães surdas. (SOUZA, 2017, p. 44)

No Brasil, os poucos artigos científicos que focam no tema da surdez abordam a educação de surdos. Na Ciência da Informação (CI), poucos pesquisadores focam no tema da surdez, sendo que a maioria dos autores que têm esse tema como foco de estudo é da área da educação. Internacionalmente, os estudos sobre a surdez dentro da CI focam no usuário, nas tecnologias e no acesso à informação, porém de modo a entender o surdo como usuário com deficiência. (CARDOSO, 2014) Em busca recente na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), foram recuperados 12 (doze) artigos sobre a temática “surdez”: “Um Olhar ao estudante com surdez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte” (2019), “Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na universidade federal do maranhão” (2014), “As necessidades informacionais e a competência em

informação dos pais de surdos” (2021), “O bibliotecário e as habilidades para a formação da competência em informação de pais de surdos” (2021), “O ensino de português para surdos: o texto didático e as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (2001), “Pessoas surdocegas em bibliotecas: discussões iniciais” (2017), “Competência em informação e necessidade de pertencimento dos pais de surdos” (2020), “O livro de imagem e a inclusão da criança surda na biblioteca escolar” (2021), “Acessibilidade do Moodle para surdos: abordagem dos discursos de surdos e ouvintes” (2015), “Diversidade e comunicação: percepções de surdos sobre atividade de educação em saúde realizada por estudantes de medicina” (2020), “Biblioteca na vida acadêmica de um estudante surdo: um relato de experiência” (2021) e “Formação acadêmica das/os bibliotecárias/os para a inclusão de pessoas surdas em unidades de informação” (2023).

Com base nos apontamentos apresentados na área da CI, a questão do Comportamento Informacional poderia contribuir com o escopo de estudos sobre a temática da gravidez e maternidade de mulheres surdas. A construção da discussão sobre o termo Comportamento Informacional na literatura da área faz com que surja uma pluralidade e diversificação de conceitos, de acordo com a abordagem de cada autor (comportamentalista, cognitivista, social ou multifacetada). Mesmo com a presença de diferentes abordagens, pode-se considerar o Comportamento Informacional como sendo um processo espontâneo do ser humano para responder a uma Necessidade Informacional, como apontado por Gasque e Costa (2010).

Nesse sentido, nos cabe questionar quais são as necessidades informacionais do grupo de mães surdas; quais fontes de informação elas utilizam para sanar essas necessidades informacionais; de que forma elas realizam a busca pela informação necessária; e questionar ainda se suas necessidades informacionais estão sendo solucionadas, ou se a presença de barreiras informacionais está prejudicando esse processo.

## **2 MULHERES SURDAS E GESTAÇÃO**

A mulher surda, por vezes considerada incapacitada e, portanto, portadora de um corpo assexuado que possui apenas funções biológicas, tem sua sexualidade questionada pela sociedade. (COSTA, 2018) Além de ser discriminada por ser mulher, ela ainda sofre

preconceitos e desigualdades por ser surda. Numa estrutura social que discrimina as mulheres, apenas o fato de ser mulher já traz a ela restrições de acesso às oportunidades. Assim, as mulheres surdas possuem restrições ainda maiores que as ouvintes. Por isso, é preciso mais estudos sobre a mulher surda na sociedade. (DINIZ, 2003)

Dentro da comunidade surda, a maioria das pessoas é constituída por mulheres (KLEIN; FORMOZO, 2007), porém muitas vezes elas estão inseridas em contextos de maior vulnerabilidade e discriminação, e por isso nós precisamos apoiar a luta delas e as tratar com um olhar mais empático e humano, por meio por exemplo, de políticas públicas.

Como apontado por Lamberg e Oliveira (2017), mulheres surdas passam por violências de gênero, caracterizadas pelo machismo, levando-as à exclusão e atrasos cognitivos. É preciso pensar, por exemplo, como mulheres surdas se comunicam em consultas médicas e durante seu parto, principalmente com base na falta de intérpretes e na falta de conhecimento da Libras por parte de funcionários. Tais fatores transformam situações complexas, em ainda mais complexas. A diferenciação linguística entre uma mulher ouvinte e uma mulher surda pode marginalizar ainda mais esta última (a mulher surda também precisa de um atendimento humanizado). Precisamos pensar na mulher surda como a personagem principal da sua própria vida, tanto no âmbito pessoal (saúde, educação e moradia) quanto no profissional.

A mulher surda precisa ser aceita e valorizada duplamente: por ser mulher e por ser surda, conforme apontado por Martins (2008, p. 48),

Ser mulher e ser mulher surda são duas situações que implicam discernimento sobre direitos de igualdade social. Em suas constantes lutas, as mulheres mostram que não são apenas um aparelho reprodutor, mas que também são mulheres inteligentes, competentes, política, social e profissionalmente organizadas.

A surdez é *uma* das características da mulher surda, e não uma patologia a ser tratada. Movimentos de mulheres surdas vêm lutando pelo direito à saúde, à educação, à proteção contra violências e à participação política. Uma das conquistas dos movimentos de mulheres surdas é o “direito da gestante surda ter atendimento pré-natal pelo SUS com a presença de intérprete de Libras e a organização de palestras (com intérpretes) sobre aleitamento materno, cuidados com o bebê, sexualidade, direitos trabalhistas etc.”

(KLEIN; FORMOZO, 2007, p. 9)

Quando se trata de gestação, a gestante surda muitas vezes é afetada pela falta de acesso à saúde e à informação, podendo levá-la a pensar que não é capaz de tomar decisões sobre sua vida. Oportunizar informações a essas mulheres significa incluí-las na sociedade e lhes garante melhores condições de vida. Em sua obra, Prates (2016) *apud* Lamberg e Oliveira (2017, p. 5) relata o caso de uma mãe surda que foi negligenciada:

Houve um caso bastante emblemático de uma parturiente surda que deu a luz a um bebê e não sabia que estava grávida de gêmeos. Após o nascimento da primeira criança, por ignorância da equipe médica, que não conseguiu comunicar-se com a mulher surda em LIBRAS a segunda criança terminou morrendo. Inenarrável violência.

Os cuidados da equipe de enfermagem com mães surdas devem ser redobrados e capazes de ajudá-la a transpor os obstáculos da surdez e da gravidez. A Política de Planejamento Familiar existe para todas as mulheres, mas nem sempre as surdas buscam os serviços por desconhecê-los ou, quando buscam, não são plenamente atendidas, por dificuldades relacionadas à comunicação.

Além disso, a escolha da mulher sobre o tipo de parto e sua satisfação com o processo está relacionada ao fato de possuir informações e ter controle sobre o parto. A assistência prestada às mulheres surdas têm relação assimétrica, em que os profissionais têm pouca comunicação com elas, além do uso de termos técnicos, desconhecimento da Libras, rapidez com que se expressam oralmente e o uso de máscaras, que podem ser consideradas barreiras nessa comunicação e dificultam a compreensão da surda. A equipe básica de saúde pode acompanhar o pré-natal de uma gestante surda de baixo risco, pois a surdez não é um fator de risco gestacional. (COSTA, 2018)

Seguindo o pensamento de Costa (2018), os profissionais da saúde devem esclarecer os procedimentos realizados, para minimizar o medo, e oferecer segurança e liberdade de expressão. A atuação da equipe de saúde na assistência à mulher surda fornece subsídios que permitem à mulher obter autonomia em sua saúde, por meio do autocuidado e segurança no cuidado com o recém-nascido. Constata-se uma lacuna nesse processo de cuidar, em que a mulher surda se depara com dúvidas e dificuldades para desempenhar o papel materno. Quando os profissionais de saúde sabem comunicar-se diretamente com as mães surdas, promovem uma melhor assistência na área de saúde.

As instituições públicas e empresas concessionárias de assistência à saúde devem dar atendimento e tratamento adequado às mães surdas, mas falta intérprete em Libras nos serviços. E mesmo com a presença de um intérprete na hora do parto, a situação pode causar constrangimento para ambas as partes, ainda mais se o intérprete de Libras for homem.

A situação pode ser ainda mais dificultada em outros momentos de estadia da mulher surda no posto de saúde, hospital ou maternidade, que por falta de comunicação, pode não receber orientações importantes, como sobre a amamentação. Um amigo ou familiar como acompanhante pode ajudar, mas também pode ser um problema quando ele não permite que a surda participe da conversa, pois é ele quem explica ao profissional a dificuldade da mulher e recebe as orientações, limitando a individualidade e minimizando as oportunidades da surda expor suas dúvidas.

Nem todos os surdos têm domínio da língua portuguesa, por isso é importante que os profissionais de saúde sejam capacitados em língua de sinais. Algumas surdas fazem leitura labial e isso ajuda na comunicação com o profissional, que deve olhar diretamente para a mulher enquanto fala e não esconder o rosto e lábios com qualquer coisa, de forma a facilitar a comunicação e melhorar o atendimento. Por isso, é preciso que os profissionais da saúde, sobretudo os que atuam na Atenção Básica e da Saúde da Família, se capacitem em Libras para melhor se comunicarem e atenderem gestantes surdas. É preciso respeitar que a língua natural dos surdos é a língua de sinais, e se comunicar com eles nessa mesma língua é primordial.

O atendimento em saúde para mulheres surdas ainda é de baixa qualidade, pois os funcionários não estão aptos para lidar com esse público: falta conhecimento no currículo profissional. Mesmo assim, é preciso que tais funcionários saiam da zona de conforto e percebam que a legislação já elucida o atendimento especial a pessoas com necessidades especiais. A presença do intérprete de Libras nos serviços de saúde está prevista em Lei (Lei nº 12.319/2010), mesmo que não venha sendo cumprida. Então, o SUS precisa proporcionar acessibilidade de comunicação para surdos, pois saúde é um direito universal!

Os serviços prestados à mães surdas devem levar em consideração suas dificuldades relacionadas à comunicação e à maternidade, oferecendo a elas informações que garantam melhores condições de vida, de modo a aumentar sua autonomia e sua

inclusão social. Nesse aspecto, percebe-se a existência de barreiras informacionais dessas mulheres, que podem ser amenizadas com o trabalho do intérprete de Libras, e também trabalhadas pelo profissional bibliotecário, a partir do conceito científico de Comportamento Informacional.

### **3 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL**

É possível encontrar vários conceitos de Comportamento Informacional dependendo da abordagem utilizada. O paradigma behaviorista (pensado por Watson), por exemplo, muito difundido entre 1950 e 1970, acreditava que o comportamento humano deveria ser analisado externamente, com base na objetividade e na neutralidade, resultado de um estímulo também objetivo. Para o autor, a informação é “positivada”, ou seja, não depende dos usuários e dos contextos, mas sim do estudo objetivo, a partir de leis, regularidades, estatísticas e modelos. (GASQUE; COSTA, 2010)

A área de estudos do Comportamento Informacional aumentou e foi necessário incluir noções sobre necessidade e oferta de informação. Mas a palavra “comportamento” ainda poderia ser vinculada de forma errônea ao paradigma behaviorista da Psicologia. Mesmo assim, o termo [Comportamento em Informação] é utilizado pela maioria, em artigos e cursos acadêmicos. Semanticamente, a palavra é desapropriada, pois não há um comportamento na informação.

Com isso, Wilson (1981 apud GASQUE; COSTA, 2010) questiona o conceito de Comportamento Informacional para se referir aos estudos de necessidade, busca e uso da informação. Ele criou um modelo de Comportamento Informacional baseado nas necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas dos indivíduos, interligando outras áreas, como a Psicologia.

Pettigrew, Fidel e Bruce (2001) confirmam o uso da expressão “Comportamento Informacional”, que substituiu o termo “necessidades e uso da informação”. Isso mostra os avanços na conceituação do termo a partir do paradigma voltado para as características do indivíduo e para a interação entre os contextos e fatores, pois o Comportamento Informacional está ligado à comunicação humana. Isso resultou na identificação de três abordagens: cognitiva, social e multifacetada.

A abordagem cognitiva examina o comportamento do usuário com base no seu conhecimento, convicções e crenças sobre o mundo. O cognitivismo acredita que as questões sobre comportamento cognitivo colaboram com a CI. Já a abordagem social se apoia nos significados e valores que o sujeito obtém nos contextos. E a abordagem multifacetada reúne várias opiniões para entendimento do Comportamento Informacional, e o percebe como um sistema que inclui diversas teorias para o representar. Assim, houve um distanciamento dos sistemas e maior proximidade da função do usuário na troca de informação.

Gasque e Costa (2010, p. 29) consideraram que o elemento principal do Comportamento Informacional é a “interação com um conjunto potencial de fontes que podem indicar os interesses e as necessidades de informação.” Para os autores, é necessário ser preciso no título dos artigos, para que “busca de informação” não seja confundido com “Comportamento Informacional”, pois isso banalizaria esse segundo conceito, que é mais amplo.

Courtright (2007) acredita que os sujeitos vivem em um contexto complexo, que necessita de novas e diferentes metodologias e métodos, pois é ele [o contexto] que define o levantamento teórico para estudo sobre o Comportamento Informacional. Assim, pode-se pensar também que o Comportamento Informacional é o conjunto de formas ou significados adquiridos com as forças que se produz sobre ele.

Esse campo vem amadurecendo devido ao crescimento das atuais teorias. Exemplo disso foi a substituição das expressões “necessidades e uso de informação” por “Comportamento Informacional”, e “estudos de usuários” para “estudos de Comportamento Informacional”, demonstrando a necessidade de entender esses processos a partir de uma visão multidimensional, pois “vários fatores desempenham papéis decisivos na produção do conhecimento.” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 31). Atualmente, as pesquisas nessa área (tanto de indivíduos quanto de grupos) vem ganhando mais espaço no campo da CI, como foco nas práticas informacionais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O conceito de “práticas informacionais” se originou das ciências humanas e sociais, e faz parte do campo de estudos de usuários da informação. A ideia básica de práticas informacionais é o movimento intelectual de construção entre o sujeito e o mundo (pensamento relacional entre estruturado e estruturante), o que abrange a dimensão não-diretiva da ação humana sobre a informação. (ARAÚJO, 2017)



Nas palavras de Martínez-Silveira e Oddone (2007), o termo Comportamento Informacional faz parte do escopo de estudos da CI e está relacionado à busca (ativa e passiva) e ao uso de informações e de fontes/canais, de modo a satisfazer determinadas necessidades informacionais de usuários e de grupos de usuários. Para isso, autores da área desenvolveram teorias e modelos, no sentido de demonstrar o Comportamento Informacional, como Wilson, pesquisador brasileiro da CI. Dessa forma, o conceito vem ganhando destaque na área.

Mesmo sendo considerado um termo novo na CI, na última década vem se intensificando o número de estudos voltados ao Comportamento Informacional dentro do âmbito nacional, termo antes conhecido como Estudos de Necessidades, parte da temática “Estudos de Usuários” e “Necessidades e Uso de Informação”. Essa alteração terminológica se relaciona com uma alteração paradigmática na área da CI, decorrida de mudanças na definição e discussão sobre o termo Comportamento Informacional, mais voltado agora para o usuário. (GASQUE; COSTA, 2010)

Pode-se entender que o Comportamento Informacional faz parte do comportamento humano (um processo humano natural) e que ele depende da comunicação humana (pessoal e presencial) e de uma recepção passiva de informação, como a informação recebida pelas pessoas por meio da televisão, mesmo com a inexistência de uma Necessidade Informacional. Isso demonstra como o contexto interfere no processo de Comportamento Informacional e no surgimento (ou reconhecimento) de uma necessidade, além da adoção de fontes de informação e da decisão de buscar a informação. Desse modo, a busca por uma informação não depende apenas da acessibilidade de recursos, mas também de processos cognitivos inerentes ao ser humano. (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007)

O Comportamento Informacional pode ser mais bem compreendido a partir de outros conceitos, como o de situacionalidade, ao considerar que o comportamento muda diante de uma determinada situação. A partir desse conceito compreende-se o Comportamento Informacional como sendo variável conforme a situação: o comportamento externo influencia a ação e o contexto, e resulta da união do ponto de vista do sujeito e do pesquisador, como contatos com fontes e usos de sistemas.

Tais estudos sobre Comportamento Informacional ofereceram suporte para entender o comportamento de mães surdas, possibilitando também não somente

compreender as necessidades dessas usuárias, mas também verificar se tais necessidades são supridas, sendo a Mediação da Informação o meio que pode permitir com que as demandas do usuário sejam atendidas. (GASQUE; COSTA, 2010)

Para entendimento do Comportamento Informacional de mães surdas torna-se preciso então levar em consideração as experiências de maternidade vivenciadas por elas, podendo ser observadas com uma entrevista em Libras. Assim, com base nos estudos de Martínez-Silveira e Oddone (2007), foi possível perceber se a Necessidade Informacional desse grupo de mulheres foi sanada ou não, além de perceber (ou ainda confirmar) se tais necessidades têm motivação fisiológica (como sentir fome), de desconhecimento (como curiosidade), social (como desejo por status), afetivas, cognitivas, demográficas ou pessoais.

Ao pensar nos apontamentos de Martínez-Silveira e Oddone (2007), outra questão pertinente consiste no fato de saber se esse grupo de mulheres reconhece suas necessidades informacionais ou não, ao pensar que apenas a falta de informação não leva o usuário a ter uma Necessidade Informacional: é preciso que ele tenha noção da informação que precisa. Dessa forma, a lacuna informacional de uma grávida e/ou uma mãe surda só seria preenchida caso a informação encontrada fosse de encontro com o objetivo da mulher e se fosse útil para ela. Para maior compreensão do Comportamento Informacional dessas mulheres, é preciso considerar que elas pertencem a uma comunidade: a comunidade surda.

Tais estudos sobre Comportamento Informacional ofereceram suporte para entender o comportamento de mães surdas, possibilitando também entender as necessidades dessas usuárias e se essas necessidades são supridas, pois é por meio da Mediação da Informação que as demandas do usuário são atendidas.

#### **4 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

A CI vem refletindo sobre seus objetos de estudo com perspectivas mais histórica, cultural e social, passando a perceber como os usuários realizam suas ações de modo ativo diante da informação, informação que passa a ser vista como imprescindível no desenvolvimento da democracia. Muitas pesquisas, reflexões, discussões e ações na CI têm como objeto a Mediação da Informação. Os debates sobre a Mediação da Informação e os

seus aportes são inúmeros, mesmo assim ainda há muito o que se refletir sobre a temática, principalmente no que se refere à conceituação crítica e ao seu histórico.

Embora a Mediação da Informação (e suas ações por parte do mediador) ainda seja um assunto em desenvolvimento, o tema tem ampla importância dentro da CI, sobretudo quando auxilia no protagonismo social do usuário. Por meio da Mediação da Informação o usuário pode se tornar personagem principal e desenvolver os meios para bem viver, por meio da sua autonomia social. (COLONO; CAVALCANTE, 2020)

Em geral, a Mediação da Informação compõe algumas práticas dos profissionais da informação. Assim, tais abordagens devem levar em consideração a CI, além de pesquisas e práticas profissionais da Biblioteconomia, de forma a se esquivar ao máximo de conceituações vindas de áreas externas.

Pensando na influência da Mediação da Informação na construção do conhecimento, pode-se compreender a mediação como a primeira fase desse processo. Ou seja, com a Mediação da Informação o usuário acessa a informação, por meio da comunicação e transferência/transmissão de informações, de forma a conectar o conhecimento já estabelecido e o conhecimento construído. (GOMES, 2008)

De acordo com Almeida Júnior (2009), qualquer ação por parte do sujeito consiste na união desses conhecimentos, ou seja, na união de ações controláveis e incontroláveis. E é por conta disso que o mediador pode interferir na atitude do sujeito, de forma a controlar e manipular, mesmo que essa não seja sua intenção.

Pode-se considerar a Mediação da Informação como uma ação de interferência por parte do profissional da informação, que oportuniza a apropriação de informação, de maneira a atender uma Necessidade Informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009) A ideia de interferência consiste em um aspecto fundamental sobre Mediação da Informação, pois as práticas do profissional da informação são parciais e se caracterizam por uma intervenção ativa. (ALMEIDA JÚNIOR, 2007)

A Mediação da Informação pode auxiliar na construção da autonomia dos usuários da informação, através de ações desenvolvidas para apropriação da informação. A Mediação da Informação retira a ideia do usuário como receptor e passa a vê-lo como construtor da informação. Seguindo esse pensamento, é o usuário quem define a existência da informação, pois ela apenas existe a partir da relação do usuário com o suporte informacional (um objeto concreto).

A informação pode ser compreendida a partir da alteração do conhecimento, e por isso a ação do usuário é tão crucial nesse processo. Com isso, percebe-se como a Mediação da Informação não é neutra, pois está sendo construída a partir de uma comunicação com o usuário, por meio tanto de suas ações implícitas quanto de suas ações explícitas. Por tais aspectos, a Mediação da Informação é construída socialmente, como forma de alcançar a autonomia da informação. Dessa forma, é preciso considerar a comunicação entre mediador e usuário, afirmando suas necessidades informacionais. (SILVA; GOMES, 2013)

Como apontado por Colono e Cavalcante (2020), pode-se pensar que as conquistas das mulheres apenas acontecerão através da educação delas, orientada para a autonomia e para o protagonismo social, por meio da Mediação da Informação voltada para as necessidades informacionais das mulheres. Nesse sentido, é preciso entender a vivência das mulheres e compreendê-las como personagens principais.

Voltando-se para a condição de ser mulher (seja ela ouvinte ou surda), a Mediação da Informação pode auxiliar na luta à violência contra mulheres, na autonomia delas e na democratização da informação. Ao focar no contexto de mães surdas, o mediador da informação (seja ele um bibliotecário, um intérprete de Libras ou uma doula) tem responsabilidade social em levar informação até essas usuárias, e por isso a importância de tais profissionais estarem bem envolvidos nesse contexto, de forma a contribuírem para o protagonismo sociais de mães surdas.

Pensando no grupo de mães surdas, a Mediação da Informação precisa ser realizada de forma mais ampla ao considerar as peculiaridades desse grupo. Dessa forma, ações de Mediação da Informação podem incentivar a luta de mães surdas, principalmente no que diz respeito ao acesso e à transparência da informação, sobretudo à informação relacionada à saúde e aos direitos humanos. Poderá ainda proporcionar melhor acesso às informações e a serviços públicos básicos (sobretudo no que se refere à saúde, educação e justiça), de forma que essas mulheres surdas se desenvolvam perante as dificuldades do dia-a-dia, e assim contribuindo para a inclusão delas na sociedade atual.

A Mediação da Informação pode interferir no Comportamento Informacional de mães surdas, podendo ser útil no cotidiano dessas mulheres, de forma a trazer informações que vão ao encontro de suas necessidades informacionais e sociais. O mediador precisa ter um papel consciente ao entrar em contato com mães surdas, de

maneira a contribuir para um mundo com menos desigualdades sociais, e assim amenizar a vulnerabilidade dessas mães.

## 5 VULNERABILIDADE EM INFORMAÇÃO

A palavra “vulnerabilidade” está presente em vários contextos científicos e sociais e possui diferentes significados. Tratar da vulnerabilidade na área da informação consiste em um trabalho desafiador, devido às muitas indeterminações sobre o tema, mas que podem ser respondidas com a literatura da Biblioteconomia e da CI. Entretanto, mesmo no SciELO e em bases de dados da CI (como a BRAPCI), o número de pesquisas sobre Vulnerabilidade em Informação ou Vulnerabilidade Informacional ainda é muito baixo, podendo ser encontradas mais pesquisas ao buscar os termos “vulnerabilidade” e “informação” separadamente. Esse fato indica a necessidade de construção conceitual do termo. (PAIAN et al., 2017)

Quando abordamos a vulnerabilidade na área da CI, estamos falando de Vulnerabilidade em Informação, temática que há poucos anos vem sendo foco de estudos na área (ainda que poucos). Essa temática dialoga com outros temas da CI, como Comportamento Informacional e Mediação da Informação. A partir dela torna-se possível a ampliação de estudos voltados para o contexto social em unidades de informação e nos setores sociais que grupos vulneráveis frequentam e/ou podem vir a frequentar.

Para Vitorino (2018), a problemática referente à “Vulnerabilidade em Informação” se inicia na questão da “sociedade da informação” (ou “sociedade da desinformação”) e lida com os estudos para: reconhecimento do risco de vulnerabilidade e integração da administração (por meio, sobretudo, de políticas públicas) dos instrumentos que intervêm na vulnerabilidade. Nesse sentido, os estudos sobre Vulnerabilidade em Informação configuram-se como área interdisciplinar e consiste em um dos objetos de estudo da CI.

Ainda são necessárias mais investigações somadas aos estudos já existentes a respeito da temática, entretanto, a partir do estudo de Vitorino (2018) já é possível considerar que a Vulnerabilidade em Informação consiste na condição de exposição aos prejuízos causados pela grande ou pela pouca quantidade (ou ainda pela falta) de informação, além das distensões relacionadas a esse feito dentro da sociedade.

Também é possível definir Vulnerabilidade em Informação como o estado de fragilidade e propensão à perda de autonomia e cidadania por parte de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, causada pela falta de informação e conhecimento útil para seu bem viver. A definição de Vulnerabilidade em Informação possibilita investigações mais amplas do termo por parte da CI e da Biblioteconomia, de forma que o termo se comunique ainda mais com a ciência. (PAIAN et al., 2017)

Vitorino (2018) nos lembra que em época de conflitos, uma questão desafiadora a ser ponderada está nos meios para amenização da Vulnerabilidade em Informação das pessoas, principalmente em entidades sociais. Por esse ângulo, políticas e estratégias públicas que englobam a vulnerabilidade alteram o status atual, mesmo que muitas organizações continuamente sejam relutantes a isso. Mesmo com poucas pesquisas sobre o tema, os estudos em andamento sobre Vulnerabilidade em Informação já são capazes de proporcionar dados e identificar oportunidades para a redução da Vulnerabilidade em Informação, condicionando benefícios e desenvolvimentos para a sociedade.

A Vulnerabilidade em Informação pode estar associada a outros tipos de vulnerabilidade, tais como: econômica, desemprego, violência e social. Por isso é tão urgente termos consciência das características e necessidades informacionais de pessoas expostas a contextos de Vulnerabilidade em Informação, dando a elas condições de se (re)integrarem na sociedade. (SOUSA; FARIAS, 2020)

Vários fatores podem levar um usuário ao estado de Vulnerabilidade em Informação, como falhas ocorridas na Mediação da Informação entre o profissional mediador e o usuário, que é acometido por menos oportunidades de acesso à informação que vão de encontro às suas necessidades informacionais. Pode-se considerar que a Vulnerabilidade em Informação esteja relacionada a fragilidade(s) que o usuário possua ou que está sujeito a possuir, o impedindo de agir contra esse estado e provocando a perda ou a interferência do seu bem-estar. (SOUSA; FARIAS, 2020)

Pode-se considerar que os usuários em situação de Vulnerabilidade em Informação possuem pouca competência e/ou independência informacional. A Vulnerabilidade em Informação prejudica a vida do usuário em suas atividades rotineiras, dificultando o acesso a fontes informacionais confiáveis. Diferentes grupos e populações estão inseridos em situações de Vulnerabilidade em Informação, dentre eles as mães surdas, que podem ser consideradas vulneráveis devido à sua condição, trazendo à tona

sentimentos de fragilidade. A Vulnerabilidade em Informação dessas mulheres poderá ser reduzida com o estímulo ao acesso à informação (a partir da Mediação da Informação), garantindo a elas ampliação de seu conhecimento.

A partir de tais apontamentos, compreende-se que mães surdas estão expostas a contextos de Vulnerabilidade em Informação, mas que a Mediação da Informação pode ser desenvolvida no sentido de fortalecer a autonomia dessas mulheres. Assim sendo, considera-se que o estudo sobre o Comportamento Informacional de mães surdas possibilitaria o enfrentamento da Vulnerabilidade em Informação desse grupo de usuárias, de forma a oportunizar sua (re)inserção na sociedade, por meio de intervenções que as beneficiem.

Entender que mães surdas pertencem a um contexto de Vulnerabilidade em Informação nos oportuniza pensar em formas de desenvolver a Mediação da Informação com esse grupo de usuárias, sobretudo considerando o intérprete de Libras como mediador desse processo. Contudo, para que a Mediação da Informação transforme de fato a realidade dessas mães, o mediador precisa fazer um planejamento de como vai entrar em contato com essa população. Uma efetiva Mediação da Informação com mães surdas propiciará o acesso e o uso da informação por parte dessas usuárias, possibilitando que elas superem barreiras informacionais existentes nesse processo, e assim tenham condições de também superar a Vulnerabilidade em Informação.

É preciso pensar que mães surdas se encontram em *estado* de Vulnerabilidade em Informação, estado esse que pode ser modificado com acesso às condições oportunas para satisfação de suas necessidades informacionais, sejam elas educacionais, culturais, sociais e/ou relacionadas à saúde. Considerar que mães surdas pertencem a um contexto de Vulnerabilidade Informacional nos faz pensar que seu direito de acesso à informação (seja de cunho econômico, ambiental, de saúde, jurídico, educacional, religioso, social e/ou material) está sendo negado ou restringido a elas. Nesse aspecto, o Estado tem a obrigação de prestar amparo a essas mães, no sentido de minimizar os prejuízos causados pela Vulnerabilidade Informacional.

A Vulnerabilidade em Informação que mães surdas estão sujeitas pode dificultar a satisfação das necessidades informacionais delas, ainda mais quando associado a outras vulnerabilidades, como econômica, cultural e educacional. (BRITO; BELLUZZO; ALMEIDA JUNIOR, 2021) A atuação do intérprete de Libras como mediador da informação para

mães surdas pode favorecer a compreensão e satisfação das necessidades informacionais dessas mulheres, que em geral são silenciadas nas diversas esferas da sociedade.

A atuação do intérprete de Libras como mediador da informação nos diversos setores da sociedade contribui para a promoção do espírito cidadão em profissionais e na comunidade que se relaciona com mães surdas. A Mediação da Informação pode contribuir ainda, para que esse grupo de usuárias tenha prazer em buscar informação, ao perceberem que determinada informação vai ao encontro às suas necessidades informacionais.

## **6 METODOLOGIA**

O tipo e a abordagem da pesquisa foi qualitativo, pois almejou-se buscar dados para compreender informações de forma subjetiva: a pesquisa lidou com o Comportamento Informacional, um campo de estudo dentro da CI. Uma vez que na área da CI ainda não existem muitos estudos sobre a temática da surdez, a pesquisa também foi exploratória e descritiva. Assim sendo, primeiramente foi feito um levantamento teórico no Google Acadêmico, no Scielo, na BRAPCI (base de dados da CI) e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (base de dados da área da saúde), para maior familiarização com o tema, e posteriormente foi aplicada uma entrevista.

A pesquisa foi realizada com uma entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas que foram respondidas por mães surdas. Considera-se importante a utilização dos dois tipos de questões, para que a entrevista não ficasse cansativa para a entrevistada. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi um grupo de mães surdas. A princípio, objetivou-se que houvesse a participação de 7 (sete) a 10 (dez) participantes, e que os critérios utilizados para seleção da amostra fossem: participante com domínio da Libras; ser maior de idade (ter mais de 18 anos); residir na região metropolitana de Londrina-PR; estar grávida ou já ser mãe.

Para escolha das entrevistadas, contataram-se dois intérpretes de Libras, que indicaram mães surdas de sua rede de contato. Todas as 8 (oito) mães surdas indicadas foram convidadas a participar da pesquisa, entretanto, apenas 4 (quatro) se dispuseram ou puderam participar. Além disso, o critério de a participante residir em Londrina foi desconsiderado, pois uma das entrevistadas reside atualmente em outro estado do país,



além de outra entrevistada que reside em outra cidade do estado.

No início da pesquisa, gostaríamos que também participassem grávidas e puerpérias, contudo, não foi possível localizar surdas pertencentes a esses grupos, e por isso a entrevista foi aplicada em surdas que já tinham tido seu(s) filho(s) há algum tempo. Ademais, os outros critérios foram levados em consideração para aplicação da entrevista.

As 4 (quatro) mães entrevistadas estão na faixa etária de 28 (vinte e oito) a 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, sendo que uma delas possui ensino Superior Incompleto e as outras 3 (três) são graduadas. As entrevistadas foram identificadas por Mãe A, Mãe B, Mãe C e Mãe D, a fim de preservar a identidade delas. A Mãe A atualmente mora no estado do Espírito Santo, as Mães B e C em Londrina-PR e a Mãe D em Curitiba-PR. A coleta de dados foi realizada virtualmente com a entrevista feita em Libras pela autora da pesquisa (sob autorização das participantes), seguida da transcrição das respostas para a Língua Portuguesa e de posterior análise dos dados obtidos. A entrevista foi aplicada pela pesquisadora entre os dias 20/05/2021 até 01/06/2021.

Como forma de obtenção dos dados, no momento da entrevista com as mães surdas foi solicitado para que individualmente cada participante rememorasse fatos passados, como a experiência do momento de seu parto, técnica essa conhecida como Incidente Crítico e muito utilizada em pesquisas sobre o Comportamento Informacional. A técnica do Incidente Crítico consiste em um procedimento para coleta de dados que reúne fatos importantes ligados ao comportamento, por parte da pessoa entrevistada em determinada situação. Consiste numa técnica flexível, adaptada com o desenrolar da entrevista, em que se extrai informações detalhadas da memória do entrevistado.

As respostas das entrevistas em Libras foram interpretadas, transcritas para a Língua Portuguesa e analisadas, o que possibilitou a formulação de considerações sobre o tema proposto. Houve barreiras na interpretação e transcrição da Libras para a Língua Portuguesa, pois alguns sinais eram desconhecidos pela pesquisadora, o que demandou mais tempo e estudo sobre a Libras. Nesse sentido, a pesquisadora contou como o grande auxílio dos intérpretes de Libras Karin Polo e Lucas de Moraes Negri para tradução e interpretação de alguns sinais.

Cabe ainda mencionar os cuidados éticos da pesquisa, por se tratar de uma pesquisa com seres humanos. Para isso, fez-se necessário o uso do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), sob pretensão de assegurar que a pesquisa em

questão não trouxesse nenhum tipo de danos às pessoas envolvidas, isto é, as mães surdas.

Também cabe ressaltar que o projeto tramitou pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP-UEL), tendo sido aprovado<sup>2</sup>, em consideração à deliberação do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, que garante a proteção dos participantes de pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisadora se comprometeu agir eticamente durante todo o desenvolvimento da pesquisa, sem cometer nenhuma violação ética, tais como plágio, generalizações e divulgação de informações errôneas ou de senso comum.

Devido à pandemia da Covid-19, a coleta de dados foi afetada, pois como a pesquisa envolve seres humanos, por questões de saúde a entrevista precisou ser aplicada de forma virtual, o que em certos momentos restringiu a comunicação da pesquisadora com as entrevistadas. Essa comunicação precisou ser realizada em Libras, de forma a respeitar a língua mãe das entrevistadas, além de evitar barreiras informacionais para compreensão das perguntas da entrevista.

Além disso, algumas das mães convidadas não puderam participar da pesquisa devido a problemas pessoais (alguns causados pela pandemia), sendo que outras não tinham interesse em responder a entrevista. Isso foi respeitado, contudo, a princípio a pesquisadora não havia considerado essas possibilidades, e por isso a pesquisa foi restrita a um número menor de participantes.

Ademais, mesmo com conhecimento básico sobre a Libras, a comunicação com as entrevistadas foi um grande desafio para a pesquisadora, devido à falta de compreensão sobre muitos sinais utilizados pelas entrevistadas. Esse fato gerou a necessidade de maior estudo sobre a Libras e a pesquisadora pôde contar com a ajuda dos intérpretes de Libras Karin e Lucas.

Outro fato que interferiu na realização da pesquisa foi a gravidez da autora. Por um lado, isso contribuiu para melhor compreensão de informações sobre gestação, mas por outro, trouxe barreiras como a falta de tempo e de disponibilidade por parte da pesquisadora, além de sentimentos como incapacidade e apreensão.

---

<sup>2</sup> Número do parecer de aprovação na Plataforma Brasil: 4.713.227

## 7 RESULTADOS

A partir das respostas das entrevistadas pôde-se compreender como ocorre a Mediação da Informação entre o profissional de saúde e mães surdas, sendo perceptível a presença de barreiras informacionais nessa comunicação, pois a língua natural de ambos não é a mesma (Língua Portuguesa e Libras, respectivamente). Nesse aspecto, o intérprete de Libras atua como mediador da informação transmitida pelo profissional de saúde e a paciente surda.

Com a análise, foi possível perceber que mães surdas enfrentam dificuldades no atendimento oferecido pelas equipes de saúde, devido à barreira de comunicação existente entre eles. Faz-se necessário que a Mediação da Informação entre profissional de saúde e mãe surda seja feita por meio da Libras, o que irá garantir melhor atendimento para esse grupo de pacientes. A maioria dos profissionais de saúde ainda não está apta para atender mães surdas, o que muitas vezes impede ou dificulta a satisfação de necessidades informacionais dessas pacientes. Nesse sentido, vale refletirmos sobre a eficácia da Mediação da Informação entre equipe de saúde e a mãe surda.

Os estudos de Alves e Barbosa (2010) e de Dantas, Silva e Souza (2013) possibilitam entender que a informação não supre totalmente uma necessidade (ou uma expectativa) do usuário, devido, sobretudo, à presença de barreiras informacionais. A partir da literatura, foi possível fazer a identificação e a classificação de algumas barreiras que perpassam o processo de busca e de uso da informação, como as barreiras: pessoais, interpessoais, afetivas, educativas, demográficas, ambientais, sociais, econômicas, legais, terminológicas e de eficiência, assim como as barreiras impostas pela própria informação.

Pode-se considerar que as barreiras informacionais são móveis e que elas podem ser coexistentes, segundo a ideia de Starec (2003). Além dessas influências e da disponibilização de recursos informacionais, a capacidade cognitiva do usuário também consiste em um importante fator no reconhecimento da necessidade e no processo de busca informacional. (ALVES; BARBOSA, 2010)

A barreira terminológica, como apontada por Dantas, Silva e Souza (2013), revela a possibilidade de os usuários e os profissionais (ou os mediadores) da informação se comunicarem por meio de diferentes instrumentos comunicacionais, como a língua (no caso do ouvinte, a Língua Portuguesa, e do surdo, a Libras). Essa diferença de língua acaba

por dificultar a comunicação entre ambos, assim como a assimilação do conhecimento pelo usuário, que neste estudo foram as mães surdas.

Essa barreira terminológica também pode ser causada pela grande quantidade de termos, o que pode provocar ruídos e entendimentos equivocados sobre uma mensagem passada (DANTAS; SILVA; SOUZA, 2013). As respostas das entrevistadas possibilitaram perceber a presença dessa barreira terminológica, ao considerar que para uma efetiva comunicação com pessoas surdas, é necessário se comunicar através da Libras (sua língua mãe) e não da Língua Portuguesa. Ou caso o profissional não tenha conhecimento dessa língua, é preciso que ele busque se comunicar com a pessoa surda por meio da leitura labial de forma pausada.

De acordo com Starec (2003), outra barreira informacional a ser considerada consiste na má comunicação. Entende-se que não existe *falta* de comunicação e sim *má* comunicação, pois a comunicação é um processo com início e meio, mas sem fim. Dessa forma, a partir da análise dos resultados, percebe-se a existência de má comunicação entre mães surdas e os profissionais que oferecem informação a elas, na medida em que muitas vezes um não consegue compreender de forma eficaz o que o outro diz.

Pode-se considerar a falta de competência dos profissionais que transmitem informação uma outra barreira informacional (STAREC, 2003). Por exemplo, os pacientes são a base das unidades de saúde: não há postos de saúde, hospitais e maternidades sem pacientes. Mães surdas que fazem uso de serviços de saúde estão inseridas nesse contexto, e por isso faz-se necessário a competência dos funcionários desses locais para atender esse grupo de pacientes, de forma que a informação necessária a essas mulheres chegue de maneira eficaz. A existência dessa barreira (falta de competência) está atrelada a ruídos no processo comunicacional: neste estudo pôde-se perceber que se deve, sobretudo, à falta de um intérprete de Libras.

Já a barreira de eficiência age tanto sobre o comunicador da informação (o emissor, por exemplo um profissional ou um familiar/amigo), como sobre o usuário (o receptor da informação, a surda), quando mesmo com o esforço de ambos para efetivação do uso da informação (seja por meio de recursos financeiros, tempo e instrumentos de busca), ainda há dificuldade na comunicação. Nesse aspecto, admite-se a existência de dificuldades no processo de comunicação, a medida em que a informação do emissor não é transmitida de forma instantânea e com os mesmos signos ao receptor, mas é passada

por outros meios (DANTAS; SILVA; SOUZA, 2013), como ocorre na comunicação entre ouvinte e surdo, que é mediada por um intérprete de Libras.

Assim sendo, foi percebido que a principal barreira na disseminação e no acesso à informação de mães surdas é o obstáculo na comunicação entre a equipe de saúde e a mulher, quando o profissional não tem conhecimento da Libras e/ou a unidade de saúde não conta com um intérprete (nesse caso, vale salientar ainda que nem todos os surdos possuem condições financeiras de contratar um intérprete de Libras). A presença desse profissional facilitaria o entendimento de informações indispensáveis para resposta às necessidades informacionais dessas mães.

Barreiras informacionais dificultam que a mãe satisfaça de forma efetiva suas necessidades informacionais. Por outro lado, foi possível perceber que a informação adquirida pelas mães entrevistadas muitas vezes chega até elas através de canais informais, como a família e os amigos. Seja por meio de canais formais ou informais, a mãe surda tem o direito de se comunicar por meio da Libras, o que garantirá menos barreiras informacionais em seu processo comunicacional.

Com base na premissa de que a função da informação é informar (STAREC, 2003), não basta apenas disponibilizar informações sobre gravidez e maternidade para uma mãe surda, se o acesso à essa informação é perpassado por barreiras que dificultam sua compreensão. Ou seja, apenas a disponibilização de informação para mães surdas não é o suficiente: é preciso pensar na forma com que essas mulheres terão acesso à informação e se ela [informação] irá de fato solucionar necessidades informacionais desse grupo de usuárias, que nem sempre são as mesmas de mães ouvintes.

Considera-se que mães surdas fazem parte desse contexto de Vulnerabilidade em Informação, pois seu direito de acesso à informação é negado ou restringido. Ambientes frequentados por mães surdas precisam adequar seus serviços, para atender dignamente essa parcela da população, de forma que elas possam superar a Vulnerabilidade em Informação.

A partir das respostas das entrevistadas, percebemos que as necessidades informacionais de mães surdas são sanadas em partes. Entretanto, nem todas as mães surdas reconhecem suas necessidades informacionais, o que dificulta a satisfação delas. Para auxiliar essas mulheres no reconhecimento e satisfação de suas necessidades, faz-se necessário atendê-las com base em suas características.

Após a identificação de barreiras na comunicação com mães surdas, ressalta-se a importância da implementação de canais de informação baseados nas necessidades desse grupo de usuárias. Diante dos desafios da sociedade atual, torna-se necessário refletir de que maneira oferecer às mães surdas acesso adequado à informações úteis ao bem-estar seu e de seu filho.

O acesso à informações confiáveis e de fácil compreensão a essas mulheres é a garantia de que suas necessidades informacionais serão supridas. Com esta análise, foi possível identificar as principais barreiras informacionais que interferem na busca e no acesso à informação de mães surdas, inseridas em um contexto de vulnerabilidade. A partir deste estudo, desejamos aguçar outras reflexões a respeito do Comportamento Informacional de mães surdas.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A existência de grupos vulneráveis, como o de mães surdas, trouxe a necessidade de maior inclusão dessas pessoas em nossa sociedade, de modo a atenuar a discriminação e a exclusão que elas sofrem. Nesse sentido, torna-se importante ampliar o acesso a serviços sociais básicos às mães surdas, sobretudo serviços de saúde, garantindo a satisfação das necessidades informacionais dessas mães.

As mulheres (sejam elas surdas ou ouvintes) vêm sendo segregadas e vistas como incapazes em relação aos homens. Tais segregações são baseadas em argumentos biológicos e transmitidas socialmente como máximas. Torna-se preciso então, que as mulheres surdas tenham maior acesso às informações necessárias ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento, de forma a aumentar a participação e visibilidade sobre a causa. (KLEIN; FORMOZO, 2007) Nesse sentido, a CI pode contribuir com estudos e discussões sobre as mulheres surdas, de forma a dar mais voz e força a essas mulheres.

A prestação de atendimento às mães surdas por parte dos setores da sociedade deve se basear nas características e necessidades informacionais dessas mulheres, o que implica na comunicação por meio da Libras (língua natural desse grupo de usuárias), de forma a romper com barreiras linguísticas, possibilitando maior integração social. A CI é uma área com poucos estudos sobre surdez, e o conceito de Comportamento Informacional poderá contribuir para mudar essa realidade, sobretudo ao considerar as

necessidades informacionais de mães surdas.

Com esta pesquisa, foi possível identificar as necessidades informacionais de mães surdas; quais fontes de informação elas mais usam; como elas buscam informação; além de perceber que suas necessidades informacionais nem sempre são supridas, devido à presença de barreiras informacionais. Portanto, foi possível compreender a relação do Comportamento Informacional da mãe surda com a Mediação da Informação, em que o intérprete de Libras pode atuar como mediador.

Torna-se preciso mais estudos sobre o atendimento prestado a essas mulheres nos diversos setores da sociedade, principalmente em unidades de saúde. Cabe refletirmos se as condições e serviços oferecidos para mães surdas possibilitam o acesso, a busca e o uso da informação. Caso contrário, faz-se urgente (re)pensar ações que favoreçam a Mediação da Informação entre profissionais e mães surdas.

Sugerimos que se amplie os estudos e que se realize futuras pesquisas sobre o Comportamento Informacional de mães surdas na área da CI, de forma a possibilitar compreender o contexto social dessas mulheres no âmbito da ciência. Faz-se necessário outros estudos que tratem de grupos vulneráveis dentro da ciência, sobretudo no âmbito da informação, para que seja possível aumentar a inclusão de pessoas marginalizadas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a agência de fomento Fundação Araucária. Agradeço à querida Luciane, que está comigo desde o meu ingresso na graduação, sempre me inspirando com seu jeito de ser mulher e de atuar como profissional. Também agradeço aos meus amigos e intérpretes de Libras Karin Polo e Lucas de Moraes Negri, que foram fundamentais na pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da Informação e da leitura. 2007. In: SEMINÁRIO EM CI, 2., Londrina, 2007. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/11885460>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em CI**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ALVES, Alessandra; BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **CI**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-128, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/V5qjjwdZ86Z7YNCGhvnZ69F/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que são práticas informacionais?. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 217-236, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BRITO, Tânia Regina de; BELLUZZO, Regina Celia Baptista; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A Mediação da Informação no resgate da visibilidade e dignidade dos vulneráveis: o caso das pessoas em situação de rua. **Em Questão**, Porto Alegre, n. online, 2021. DOI: 10.19132/1808-524500. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/102346>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARDOSO, Karen Guimarães; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo. Produção científica sobre surdos na CI no Brasil: análise na base BRAPCI e lisa (2001-2012). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 4., 2014, Recife. **Anais** [...]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: <https://BRAPCI.inf.br/index.php/res/download/55655>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. Mediação da Informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1262>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COSTA, Amanda de Andrade; VOGT, Sibylle Emilie; RUAS, Edna de Freitas Gomes; HOLZMANN, Ana Paula Ferreira; SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da. Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 123-129, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/5997>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COURTRIGHT, Christina. Context in information behavior research. **Annual review of information science and technology**, Oxford, v. 41, n. 1, p. 273-306, 2007. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/aris.2007.1440410113>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

DANTAS, Cristiana da Silva; SILVA, Thaís Virgínia Gomes da; SOUZA, Ana Cleyde Bezerra. Processo de recuperação da informação: barreiras encontradas pelos usuários. **Múltiplos Olhares em CI**. ISSN 2237-6658; v. 3, n. 2 (2013), v. 24, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17475>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DINIZ, Debora. Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 175-181, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/RQZFxcYMZTQMY7GnCphPsnk/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GASQUE, Kelley Cristine; COSTA, Sely Maria. Evolução teórico-metodológica dos estudos de Comportamento Informacional de usuários. **CI**, Brasília, 2010, v. 39, n. 1, p. 21-32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/wzMJ66VNkZZxxKxnk7G3ktm/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. A Mediação da Informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/3041>. Acesso em: 12 jun. 2021.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 100-112, 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/225>. Acesso em: 12 jun. 2021.



LAMBERG, Doriana Tetu; OLIVEIRA, Thaiz Souza de Oliveira. Mulheres surdas e a violência de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em:

[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918\\_ARQUIVO\\_ARTIGOSURDASrevisado\(1\).pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

MARTINS, Carlos Roberto. A mulher surda na comunidade de surdos. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 13, n. 2, p. 41-9, 2008. Disponível em:

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/issue/archive/2>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha Silvia; ODDONE, Nanci Elizabeth. Necessidades e Comportamento Informacional: conceituação e modelos. **CI**, Brasília, 2007, 36.2. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/KrG78hPcXjDbCyKLHWMcKNP/?lang=pt&format=html&stop=next>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual review of information science and technology (ARIST)**, Washington, v. 35, n. 43-78, 2001. Disponível em:

<http://faculty.washington.edu/fideln/RayaPubs/ConceptualFrameworks.pdf>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, n. 2, v. 23, 2013. (Artigo de Revisão). Disponível em:

[https://www.BRAPCI.inf.br/repositorio/2015/12/pdf/40acc7bbb\\_0000013571.pdf](https://www.BRAPCI.inf.br/repositorio/2015/12/pdf/40acc7bbb_0000013571.pdf). Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Vulnerabilidade social e Mediação da Informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/BRAPCI/135266>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUZA, Marcos Torres de; PORROZZI, Renato. Ensino de Libras para os profissionais de saúde: uma necessidade premente. **Revista Praxis**, Três Poços, v. 1, n.1, 2017. Disponível em:

<https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/1119>. Acesso em: 12 jun. 2021.

STAREC, Cláudio. **A questão da informação estratégica no ensino superior**: os pecados informacionais e barreiras na comunicação da informação para a tomada de decisão na Universidade Estácio de Sá. 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em CI) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/718>. Acesso em: 12 jun. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "Vulnerabilidade em Informação". **CI**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Recebido em: 29 de novembro de 2022

Aprovado em: 03 de setembro de 2023

Publicado em: 03 de setembro de 2023